

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A INFLUÊNCIA DOS VALORES RELIGIOSOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

PATRÍCIA MATTEI<sup>1</sup>; PAULO GAIGER<sup>2</sup>; MÁRCIA ALVES DA SILVA<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [patymattei@gmail.com](mailto:patymattei@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas - [paulogaiger@hotmail.com](mailto:paulogaiger@hotmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – [profa.marciaalves@gmail.com](mailto:profa.marciaalves@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte de meu projeto de tese do Doutorado em Educação, da Universidade Federal de Pelotas, e, de imediato, gostaria de apresentar as perspectivas sobre as quais se baseiam meus estudos. A mais basilar relaciona-se a um entendimento mais amplo de Ciência, que rejeita a neutralidade e a separação entre pesquisado-pesquisador. Acredito na produção de uma epistemologia que atribua à subjetividade o valor de conhecimento (FERRAROTTI, 2014), e o faço baseando-me na pesquisa (auto)biográfica e nos estudos de gênero.

Em uma trama tecida por fios de sensibilidade, coragem e respeito, me proponho a investigar em que medida os valores religiosos em escolas da Serra Gaúcha influenciam as concepções e práticas pedagógicas de professoras dos anos finais do ensino básico, referentes a questões de gênero, sexualidade e direitos humanos. Reconheço-me não como aquela que detém o conhecimento frente a sujeitas de pesquisa que não o possuem. Afinal, também sou produto sociocultural deste local que me proponho pesquisar: sou uma observadora envolvida com o campo de pesquisa e, portanto, pesquiso “com”, e não apenas “sobre”.

Como professora em *standby*, posso afirmar que a educação para os direitos humanos, para a diversidade sexual e de gênero vêm sendo duramente atacada nos últimos anos, alavancada por movimentos ultraconservadores e antidemocráticos. Os grupos envolvidos nesta ofensiva - muitas vezes ligados à setores religiosos católicos e evangélicos, buscam inibir uma suposta “doutrinação política e ideológica” nas escolas, advogando por uma proclamada “neutralidade docente”. No entanto, Paulo Freire (2011) há muito nos ensina que não existe imparcialidade, e que todos são orientados por alguma base ideológica. Ao mesmo tempo, é importante ter em mente que a história da educação formal no Brasil se confunde com a história da religião católica no país, especialmente quando miramos o processo de colonização italiana no Rio Grande do Sul. É de se esperar, portanto que o trabalho docente nestes territórios acabe fundamentado, de forma consciente e/ou inconsciente, em valores, comportamentos e regras que obedecem a uma moral religiosa católica.

Neste sentido concordamos com Gabriela Abuhab Valente (2020), que afirma que “apesar do estado brasileiro ser laico, a sociedade brasileira é pouco secularizada” (p.3), colaborando para que as práticas religiosas perpassem os limites do espaço privado e infiltrem-se nas escolas. Isso se confirma ao analisarmos o estudo de Adriane Knoblauch (2017), que investigou de que maneira professoras dos anos iniciais respondem frente a situações hipotéticas relacionadas às questões de gênero e sexualidade na escola, consideradas “polêmicas” no contexto religioso. O estudo demonstrou que as normas e condutas

veiculadas pelas crenças religiosas das professoras tiveram maior peso e importância, em relação aos saberes adquiridos durante a formação oferecida no curso de Pedagogia.

A própria origem do ingresso das mulheres na profissão docente já carrega pesadas desigualdades de gênero, também fundamentadas no discurso religioso (além do filosófico): fomos chamadas à “missão” de educar, como um prolongamento da “vocação materna” de cuidar e guiar crianças a um futuro próspero (LOURO, 1997). Assim, interessa-me ouvir as professoras, evidenciando a dando voz às suas trajetórias, de maneira a compreender em que medida a influência da religião católica na compleição feminina interfere nos percursos docentes e, conseqüentemente, em sua prática. Elejo os anos finais do básico por dois motivos: primeiro porque são escassos, até onde temos conhecimento, estudos de fôlego que relacionem estes tensionamentos na região delimitada. Segundo, as/os alunas/os atendidas/os neste ciclo escolar (especialmente dos oitavo e nonos anos) iniciam seu ingresso na adolescência, período em que ocorre a aquisição de características e competências que as/os capacitam a assumir o papel social do adulto, e onde a influência da escola, especialmente no que tange as questões de gênero, sexualidade e direitos humanos podem ser determinantes nos anos seguintes.

## 2. METODOLOGIA

O processo metodológico que está sendo tecido baseia-se na perspectiva teórico-metodológica das pesquisas (auto)biográficas, que se alinham aos estudos de dimensão qualitativa. O método se propõe a ler a realidade social de um indivíduo, que é histórica e culturalmente determinado e que, portanto, também é “atividade sintética, totalização ativa de todo um contexto social” (FERRAROTI, 2014, p. 41). Pretendo fazê-lo utilizando as entrevistas narrativas como técnica primeira de coleta de dados. É importante destacar que as narrativas não têm a intenção de considerar as realidades apresentadas como verdades únicas, mas sim como uma “reflexão sobre a experiência narrada, assegurando um novo posicionamento político [...], que implicam princípios e métodos legitimadores da palavra do sujeito social, valorizadores de sua capacidade de reflexão (PASSEGGI; SOUZA, 2017, p. 11).

A condição inicial para a participação das professoras na pesquisa é que professem a fé católica, e exerçam a profissão há pelo menos cinco anos, em escolas municipais de ensino fundamental que ofertam os anos finais. Por ser um tema polêmico e permeado por disputas ideológicas, que entram em discordâncias em diferentes esferas, provavelmente será necessária a utilização de mais de um instrumento de coleta de dados, como por exemplo, a fotografia, pois ela “apreende traços mais sensíveis não captados pela narração” (SOUZA; MEIRELES, 2018, p. 298).

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Magri (2021, p. 78), “o ato de lembrar renova o passado com as luzes do presente, por que reatualiza socioculturalmente o vivido”. Ao lançar mão das entrevistas narrativas com as professoras, espero que a reflexão biográfica as permita realizar uma escuta sensível de sua trajetória (ao mesmo tempo que também faço esta reflexão), recompondo o que já viveram com a lucidez do presente, compreendendo “os porquês” de acordo com suas experiências atuais.

Além disso, Marie-Christine Josso (2016) traz o conceito do paradigma singular-plural, algo como o que canta Raul Seixas, de que “*cada um de nós é um universo*”: somos singulares, mas nossa singularidade tem sempre uma ancoragem coletiva, seja na família ou outros agrupamentos sociais, como a Igreja, por exemplo.

Ancorando-me nesta perspectiva teórico-metodológica, busco compartilhar ferramentas para que as professoras revelem em que medida a influência de normas e valores religiosos, advindas de suas famílias e seus outros espaços de convivência atravessam seu fazer pedagógico em relação às questões de gênero, sexualidade e direitos humanos. Utilizando-se desta perspectiva, Andréa Melo e Marco Antônio Barzano (2020) analisaram as construções de gênero e sexualidade de professores e a influência da família e da religiosidade. A narrativa de um dos professores chama muito a atenção:

em relação à sexualidade e gênero, a religião proporcionou certos freios em certas atitudes que eu poderia tomar. uma vez que você está inserido numa Igreja Católica, indo a uma missa, vendo seu pai e sua mãe mantendo um casamento feliz, que é um fundamento católico, você aceita muito bem, e almeja naturalmente aquilo também pra sua vida, já que é uma coisa boa. [...]. Sei que existem outras formas de sexualidade muito mais livres, que vão negar essa forma, mas a religião me ensinou um caminho [...] (MELO; BARZANO, p. 16, 2020).

A religião é um dos pilares que constituiu e ainda constitui o território que me proponho a pesquisar. Há a presença explícita dela em crucifixos nas salas de aula e atos comemorativos de feriados religiosos no horário das aulas, por exemplo, bem como de maneira oculta, em falas e ações semelhantes às contadas pelo entrevistado de Melo e Barzano. Se professoras e professores são aqueles que ajudam a construir projetos de vida, é essencial compreender de que maneira se dá essa influência, que pode ser tanto de intolerância às questões de igualdade e diversidade sexual como de subversão a esta lógica.

#### 4. CONCLUSÕES

Segundo Soares, Menezes e Freire (2016), “não é possível falar de educação, quem a fez e a pensou, sem aprofundar questões relativas aos sujeitos desse processo, a realidade educacional que eles viveram”. Assim, compreendo a pesquisa (auto)biográfica não só como método, mas também como processo formativo. Ao refletir sobre a intersecção entre suas vivências pessoais e seu fazer docente, é possível que as professoras de meu estudo estejam “mais suscetíveis de responder a situações difíceis e/ou imprevistas com maior segurança por ter aprendido a melhor se compreender em situações de risco e a sair delas. (PASSEGI, p. 83, 2016). Assim, essa reflexão proporcionada pela pesquisa pode ser usada como instrumento para transformar a própria história das professoras e em consequência a de seus alunos, em direção à uma educação crítica e emancipadora, no que tange a igualdade e diversidade de gênero e os direitos humanos.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERRAROTTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, A. ; FINGER, M. **O método (auto)biográfico e a formação**. Natal: EDUFRRN, 2014. p. 29-56.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2011.

JOSSO, M. A METANOIA: um processo biográfico de mudança de paradigma. In: ABRAHÃO, M.H.M.B.; FRISON, L.M.B.; BARREIRO, C.B. (Orgs.). **A nova aventura (auto)biográfica** – Tomo I, 458p. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 59-89.

KNOBLAUCH, A. Religião, formação docente e socialização de gênero. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 899-914, jul./set., 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201707163363> Acesso em 09 set. 2023.

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MAGRI, A. Os trabalhos da memória: lavrar a própria vida. In: Maria da Conceição Passeggi; Lucrécio Araújo de Sá Júnior; Tatyana Mabel Nobre Barbosa. (Org.). **Educação e experiência: narrativas em múltiplos contextos**. 1ªed. Natal/RN: EDUFRN, 2021, p. 74-96.

MELO, A.S.A.F.; BARZANO, M.A.L. Histórias de vida: uma análise do papel e da influência da família e da religiosidade sobre gênero e sexualidade. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 05, n. 15, p. 1387-1406, set./dez. 2020. Disponível em <https://revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/8093> Acesso em 10 set. 2023.

PASSEGGI, M.C. Narrativas da experiência na pesquisa-formação: do sujeito epistêmico ao sujeito biográfico. **Roteiro**, v.41, n.1, p. 67-86, 2016. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18593/r.v41i1.9267> Acesso em 12 set. 2023.

PASSEGGI, M.C.; SOUZA, E. C. O movimento (auto)biográfico no Brasil: esboço de suas configurações no campo educacional. **Investigación Cualitativa**, v. 2, n. 1, p 6-26, 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.23935/2016/01032> Acesso em 13 set. 2023.

SOARES, L. C. F.; MENEZES, C. M. A.; FREIRE, J. L. O. As histórias de vida na profissão docente: uma contribuição para a história da educação, itinerâncias formativas e o autoconhecimento. **Educação: Teoria e Prática**. v. 26, n.53, p. 428-444, 2016. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18675/1981-8106.vol26.n53.p428-444> Acesso em 13 set. 2023.

SOUZA, E. C.; MEIRELES, M. M. Olhar, escutar e sentir: modos de pesquisar-narrar em educação. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 15, n. 39, p. 2-303, 2018. Disponível em <https://bitlybr.com/Wjofe> Acesso em 12 set. 2023.

VALENTE, G. A. Socialização profissional docente ou como uma prática se naturaliza? Um estudo sobre a naturalização do religioso na prática docente. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698233381> Acesso em 09 set. 2023.